

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Este Grupo Parlamentar foi informado por parte da SInCondução - Associação Sindical dos Instrutores de Condução Automóvel para situações de não cumprimento do contrato coletivo de trabalho (CCT) em vigor no sector das escolas de condução a nível nacional.

As situações reportadas referem-se a vários domínios da relação laboral. Destaca-se: i) o não cumprimento da retribuição mínima e do pagamento de diuturnidades; ii) o recurso excessivo ao trabalho suplementar e, em casos, sem ser remunerado e declarado no recibo de vencimento do instrutor; iii) o atraso no pagamento dos salários ou subsídios de férias ou de natal; iv) e irregularidades relativas ao pagamento do layoff.

A falta de fiscalização por parte das entidades competentes, designadamente a Autoridade para as Condições do Trabalho, Segurança Social e a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, tem dado lugar a constantes atropelos à legislação em vigor e ao crescimento da instabilidade laboral neste sector, condicionando a vida pessoal e familiar dos instrutores.

Para este Grupo Parlamentar, o reforço das capacidades técnicas e humanas das entidades fiscalizadoras, em particular da ACT, são passos fundamentais para a prevenção das situações de não cumprimentos, como a que reportamos acima. Por isso temos defendido o reforço das competências da ACT e procurado ativamente denunciar os vários casos de abusos laborais que chegam ao Bloco de Esquerda. Foi exemplo as cerca de 1300 denúncias que chegaram ao partido através de um levantamento realizado pelo portal despedimentos.pt.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Que diligências está a tomar o Governo de modo a garantir o cumprimento da regulamentação coletiva do trabalho, em particular no sector das escolas de condução?

3. Está o Governo disponível para reforçar as competências da ACT e contratar os meios humanos necessários ao desempenho adequado das atividades inspetivas?

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)